

MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLICIAL E DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE SOCIAL

O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte manifesta seu apoio às crianças, às suas famílias e aos professores e professoras da Educação Infantil do nosso município, diante da truculência policial sofrida por elas no dia 23 de abril passado.

Ao serem atacadas por um forte e desproporcional aparato policial, enquanto se manifestavam pacificamente no centro da capital mineira, em frente à Prefeitura de Belo Horizonte, foi atacado, junto com elas, o direito à Educação.

Reforçamos a necessidade de que gestores, trabalhadores, estudantes, enfim, que a sociedade em geral reconheça o Plano Nacional de Educação (PNE Lei 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação (PME Lei 10.917/2016) como Política de Estado que implica assumir o compromisso contínuo de eliminação das desigualdades, respaldada pela Constituição Cidadã de 1988 que instituiu um Estado Democrático, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei 80.69/1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9394/1996), pela lei que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica (Lei 11.738/2008).

Em suas Metas 17, o PNE e o PME preveem “a valorização dos(as) profissionais do magistério público na Educação Básica”. Portanto, preveem a valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras da Educação Infantil como em todas as demais etapas e modalidades daquele nível da Educação escolar.

Reafirmamos a importância e a complexidade do trabalho de cuidar e educar crianças, bem como, a relevância de que esta função seja exercida por trabalhadores e trabalhadoras em Educação qualificados e valorizados, assegurando, assim, os direitos das crianças, de suas famílias e dos trabalhadores em questão.

Pautados nestes princípios, repudiamos a repressão policial e conclamamos a administração municipal à imediata abertura de negociações de modo a se fazer justiça, a se reconhecer e valorizar os trabalhadores e as trabalhadoras e a se garantir o direito das crianças e das famílias a uma Educação Infantil de qualidade social.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2018.

Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte